



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA ECONOMIA
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL**

RELATÓRIO DE EXAME TÉCNICO

N.º do Pedido: PI1107182-6 **N.º de Depósito PCT:**
Data de Depósito: 29/12/2011
Prioridade Unionista: -
Depositante: Universidade Federal de Minas Gerais. (BRMG) , Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG (BRMG) , Syndansk Universitet (DK)
Inventor: Robson Augusto Souza dos Santos, Danielle Gomes Passos Silva, Frederic Jean Georges Frezard, Thiago Verano Braga, Peter Roepstorff
Título: "Composições farmacêuticas contendo Ang-(1-7) ou outro agonista de receptor mas em combinação com inibidores de PI3k/Akt para tratamento terapêutico anticâncer"

PARECER

Em resposta ao parecer de exigência (6.1) anterior, publicado na RPI 2625 de 27/04/2021, o depositante apresentou a pet. 870210064002 de 14/07/2021, contendo novas vias das reivindicações.

| Quadro referente à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, ao Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – CGEN e Sequências Biológicas | Sim | Não |
|--|------------|------------|
| O pedido foi encaminhado à ANVISA (art. 229-C da LPI, incluído pela Lei 10.196/2001) | x | |
| A exigência ref. ao acesso ao patrimônio genético nacional foi emitida (Resol. INPI PR n.º 69/2013) | | x |
| O pedido refere-se a Sequências Biológicas | | x |

Comentários/Justificativas

A anuência prévia da ANVISA(7.5) em cumprimento ao Art. 229-C da LPI 9279/96 foi publicada na RPI 2566 de 10/03/20.

| Quadro 1 – Páginas do pedido examinadas | | | |
|--|----------------|-----------------------|-------------|
| Elemento | Páginas | n.º da Petição | Data |
| Relatório Descritivo | 1-21 | 014110003621 | 29/12/2011 |
| Quadro Reivindicatório | 1 | 870210064002 | 14/07/2021 |
| Desenhos | 1-3 | 014110003621 | 29/12/2011 |

| | | | |
|--------|---|--------------|------------|
| Resumo | 1 | 014110003621 | 29/12/2011 |
|--------|---|--------------|------------|

Quadro 2 – Considerações referentes aos Artigos 10, 18, 22 e 32 da Lei n.º 9.279 de 14 de maio de 1996 – LPI

| Artigos da LPI | Sim | Não |
|---|-----|-----|
| A matéria enquadra-se no art. 10 da LPI (não se considera invenção) | | x |
| A matéria enquadra-se no art. 18 da LPI (não é patenteável) | | x |
| O pedido apresenta Unidade de Invenção (art. 22 da LPI) | x | |
| O pedido está de acordo com disposto no art. 32 da LPI | x | |

Comentários/Justificativas

—

Quadro 3 – Considerações referentes aos Artigos 24 e 25 da LPI

| Artigos da LPI | Sim | Não |
|--|-----|-----|
| O relatório descritivo está de acordo com disposto no art. 24 da LPI | x | |
| O quadro reivindicatório está de acordo com disposto no art. 25 da LPI | x | |

Comentários/Justificativas

A antiga reivindicação 2 foi incorporada à atual reivindicação 1, a saber, definindo o agonista do receptor **Mas**. Assim, a objeção quanto ao art. 25 da LPI foi superada.

Quadro 4 – Documentos citados no parecer

| Código | Documento | Data de publicação |
|--------|-----------|--------------------|
| — | — | — |

Quadro 5 – Análise dos Requisitos de Patenteabilidade (Arts. 8.º, 11, 13 e 15 da LPI)

| Requisito de Patenteabilidade | Cumprimento | Reivindicações |
|-------------------------------|-------------|----------------|
| Aplicação Industrial | Sim | 1-6 |
| | Não | — |
| Novidade | Sim | 1-6 |
| | Não | — |
| Atividade Inventiva | Sim | 1-6 |
| | Não | — |

Comentários/Justificativas

Conforme mencionado nos pareceres anteriores, a matéria das atuais reivindicações 1-6 atende aos requisitos de patenteabilidade.

Conclusão

A matéria reivindicada apresenta novidade, atividade inventiva e aplicação industrial (Art. 8º da LPI), e o pedido está de acordo com a legislação vigente, encontrando-se em condições de obter a patente pleiteada.

Assim sendo, defiro o presente pedido como Patente de Invenção, devendo integrar a Carta Patente **os documentos que constam no Quadro 1 deste parecer, exceto o resumo e o código de controle que será incluído automaticamente na carta patente.**

Para a concessão da patente o depositante deverá efetuar o pagamento da retribuição e a respectiva comprovação correspondente à expedição da carta-patente, conforme os prazos estabelecidos no Artigo 38 da LPI.

Publique-se o deferimento (9.1).

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 2021.

Daniel Marques Golodne
Chefe de Divisão/ Mat. Nº 1358388
DIRPA / CGPAT II/DIMOL
Portaria INPI/PR Nº672/17